

COMUNICADO

A (falta) de vontade dos partidos em apreciar a alteração à lei eleitoral autárquica

A AMAI desde 2010 que vem falando com todos os Órgãos de Soberania envolvidos neste processo, tendo várias entidades proferido decisões, como foi o caso do Senhor Provedor de Justiça. Há um ano atrás a AMAI reuniu com todos os grupos parlamentares, donde foi unanime a opinião de que é uma discriminação e uma injustiça a lei eleitoral autárquica não assumir as mesmas regras para os partidos e para os Grupos de Cidadãos Eleitores (Movimentos Independentes).

A 21 de Outubro ultimo foram discutidas na Assembleia da Republica três propostas de alteração, tendo sido decidido baixar à 1ª Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (1ª CACDLG), para reapreciação, no prazo de 30 dias. Passaram três meses e ainda não foram reapreciadas! Questionada a 1ª CACDLG pela AMAI, recebemos a informação que **“a reapreciação das iniciativas depende da manifestação da vontade de um dos proponentes, o que até à data ainda não sucedeu. “**

Pedimos aos três partidos que apresentaram propostas de alteração (PS, BE, CDS) que nos informassem se porventura vão (ou não) pedir a reapreciação da iniciativa legislativa de alteração da Lei Eleitoral Autárquica (LEOAL), e, em caso afirmativo, se contam fazê-lo ainda em tempo útil para as eleições que se aproximam.

Os partidos afirmam que esta situação põe em causa a qualidade da democracia, viola o princípio da igualdade e proporcionalidade, é um caso de discriminação, mas apesar disso, preferem viver na injustiça, na iniquidade entre as candidaturas partidárias e independentes, na falta de transparência que deixa muitos cidadãos fora da vida politica.

Estes mesmos partidos, numa atitude no mínimo estranha, queixam-se do afastamento dos cidadãos, da diminuição da militância politico/partidária, da reduzida participação dos cidadãos nos atos eleitorais. Os partidos nada fazem para alterar este rumo da nossa vida democrática mas, ao não pretenderem reapreciar os projetos de alteração, estão a enterrar a cabeça na areia, de modo a que as eleições autárquicas se aproximem e, então, argumentem não haver tempo para fazer alterações.

A resposta que obtivemos da 1ª CACDLG foi explícita: **os partidos NÃO TÊM VONTADE em reapreciar.**

Grupos de Cidadãos Eleitores – Movimentos Autárquicos Independentes

Os Movimentos Autárquicos Independentes não pretendem intrometer-se na luta partidária, mas gostariam que houvesse bom senso no que ao regime democrático diz respeito.

Por isso apelamos ao Sr. Presidente da Republica, que na sua missão de mais alto magistrado da Nação é o garante da Democracia e do Funcionamento das Instituições, ajude a restabelecer os princípios constitucionais, eliminando os processos discriminatórios de que os Grupos de Cidadãos Eleitores estão a ser alvo, por pretenderem candidatar-se às eleições autárquicas. Como todos sabemos, as autarquias são quem mais perto está dos cidadãos. Mas se nem nas eleições autárquicas a Justiça e a Equidade existe no jogo democrático como podem os Cidadãos confiar nas suas instituições?

Pel'A Direção Nacional da AMAI

Aurélio Ferreira
(Presidente)

Data: 23 de Janeiro de 2017